

A Questão do Cânone no Ensino da História da Filosofia

The Problem of the Canon in Teaching the History of Philosophy

Resumo

Partindo de duas compreensões distintas sobre a história da filosofia (Smith 2013), procurarei mostrar os benefícios pedagógicos de se indagar sobre sua natureza e função, bem como sobre os métodos a partir dos quais abordamos as obras tradicionais no contexto do ensino da filosofia para o nível superior.

Palavras-chave: história da filosofia, cânone, ensino de filosofia, nível superior

Abstract

Contrasting two distinct understandings on the history of philosophy (Smith 2013), I will show the pedagogical benefits of investigating its nature and function, as well as the methods used to interpret traditional works at the college level.

Keywords: history of philosophy, canon, teaching philosophy, college level

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: nastassjapugliese@gmail.com

Gueroult abre seu artigo de 1969 intitulado “A História da Filosofia como um Problema Filosófico” com a seguinte constatação: “A história da filosofia tornou-se um problema para a filosofia apenas recentemente.”¹ (Gueroult 1969, p.563) A razão para este surgimento tardio é o fato de que a história da filosofia só se coloca como problema depois que há uma produção de obras suficientemente representativas e suficientemente numerosas que possam ser consideradas como partes de uma tradição. E então, é no confronto com sua produção e com o que a filosofia considera como sua parte própria que ela pode voltar para si mesma e tomar sua trajetória como objeto de reflexão. Assim, o problema do caráter histórico da filosofia não aparece, segundo Gueroult, como questão *a priori*, mas surge a partir de condições materiais específicas. Atualmente, a história da filosofia é tomada tanto como uma área e um método de pesquisa quanto como uma questão filosófica legítima. Sua importância é tal que, seja ela tratada como questão, área ou método, a história da filosofia se confunde com a própria filosofia. Contudo, a reflexão sobre os critérios de reconstrução do passado da filosofia, ou seja, as investigações sobre a normalização de seu cânone, seja no contexto da pesquisa ou do ensino, fica em segundo plano.

Podemos dizer, nos apropriando de Gueroult, que a questão da história da filosofia como problema filosófico só ganha contornos substantivos depois que há motivação suficiente para um engajamento coletivo capaz de fazer com que pesquisadores e filósofos se debrucem sobre o tema. É preciso que haja tentativas que sejam suficientes, em quantidade e qualidade, para o estabelecimento de um diálogo produtivo sobre o problema. Atualmente, a questão sobre quais as obras norteadoras da linha do tempo da filosofia é pertinente. Afinal, de que história da filosofia falamos? A força da pergunta se mostra nos esforços de ampliação do cânone que, motivados por diferentes razões, complexificam nossa compreensão tanto da história (e o papel dos interesses políticos coletivos e individuais no momento de contá-la) quanto da filosofia (como ela se realiza, se estabelece e perdura). Dentre as diferentes razões pelas quais a investigação sobre a pertinência do cânone estabelecido se justifica, podemos apontar as duas que estão na base das mais amplas e aceitas transformações: a necessidade de maior compreensão das relações interdisciplinares que ocorriam nos círculos intelectuais em diferentes épocas (o lugar de cientistas, matemáticos e astrônomos, por exemplo, nas teses

1 Gueroult, Martial. “The History of Philosophy as a Philosophical Problem” in *The Monist*, Vol.53, No4. Philosophy of the History of Philosophy. October, 1969. pp. 563-587.

filosóficas sobre a natureza da matéria, sobre a infinitude do cosmos ou sobre o problema da união mente-corpo) e o resgate das produções filosóficas realizadas pelas chamadas “figuras menores” ao longo da história (o esforço para “incluir o excluído”, como caracteriza Hagengruber²).

A necessidade de se pensar a filosofia em um contexto mais amplo, onde ela é tomada a partir de sua inserção nos círculos intelectuais multidisciplinares, é um fruto metodológico proveniente da investigação tanto sobre o lugar da filosofia na história das ciências quanto sobre a sua função na divisão contemporânea de saberes. As iniciativas movidas por esta razão buscam repensar o cânone a partir do próprio cânone, investigando como a filosofia contribuiu e poderá contribuir para a história do pensamento. Neste esforço de justificar o exercício filosófico para além das fronteiras da disciplina, testemunhamos uma ampliação do cânone em nome do reforço do próprio cânone.

A segunda razão mais aceita para a investigação sobre o cânone tradicional da história da filosofia é a constatação de certas ausências como, por exemplo, de autoras mulheres, de autores negros, de autores de classes sociais diversas e de culturas não-europeias. As obras desses autores ausentes, quanto investigadas, mostram-se muitas vezes contraintuitivas, apresentando estilos de escrita alternativos, apresentando teses políticas subversivas e em desacordo tanto com as questões como com as hipóteses tradicionais. A atenção a estas figuras que hoje são de menor destaque, não-canônicas, é acompanhada de uma preocupação em ampliar não só o cânone, mas a compreensão do que é e de como se dá o exercício filosófico. Portanto, mostra-se como uma tentativa de se repensar as características que definem a disciplina filosófica ela mesma. Isto ocorre porque o tipo de obra que pretende ser incluída na história na maioria das vezes não segue o mesmo estilo e aborda os mesmos temas de que tratam as obras do cânone. Por isso, muitas obras, neste caso, não são consideradas propriamente filosóficas - ainda que saibamos que, nesse contexto de discussão sobre a natureza da filosofia, tais considerações sobre o que é ou não filosófico contêm como petição de princípio. Esta iniciativa se mostra, portanto, como uma tentativa de ampliação a partir do questionamento dos critérios propriamente filosóficos de formação do cânone.

Estes esforços coletivos de reflexão prática sobre a história da filosofia no contexto da pesquisa acadêmica oferecem alguns nortes para pensarmos a prática pedagógica. Interessa-nos pensar como a reflexão sobre a natureza

2 Hagengruber, Ruth. “Cutting Through the Veil of Ignorance: Rewriting the History of Philosophy” in *The Monist. The History of Women’s Ideas*. (2015), Vol 98, Issue 1, p. 34 - 42

do cânone e da filosofia possibilita novas articulações entre cânone e história no contexto do ensino da filosofia. Partindo de duas compreensões distintas sobre a natureza da história da filosofia, procurarei oferecer aqui uma oportunidade para de fazermos as seguintes perguntas: qual história da filosofia contamos e qual história podemos contar? A reflexão sobre estas questões tem o objetivo maior de mostrar os benefícios pedagógicos de se indagar sobre a função da história da filosofia, bem como sobre os métodos a partir dos quais abordamos as obras tradicionais. De um modo mais específico, este trabalho procura mostrar que a história da filosofia é um processo em aberto e que o professor tem uma posição privilegiada para explorar este aspecto, pois pode tecer costuras intencionais em seu programa de curso, explorando-as ativamente em sala de aula.

Que história contamos? - sobre cânone e a natureza da história da filosofia

A pesquisa em história da filosofia trata da análise de conceitos e suas inserções nos sistemas filosóficos, bem como dos diálogos que se estabelecem entre os filósofos, os seus contemporâneos e a tradição. Discutem-se também questões de hermenêutica textual, o peso a ser dado e os meios através dos quais incluir, na interpretação da obra, a análise de seu contexto histórico, linguístico e social. Tradicionalmente, os temas e problemas da história da filosofia são dados pela análise das questões tratadas em obras de uma série quase fechada de grandes autores. Estes autores, começando com os Pré-Socráticos, Platão e Aristóteles, passando pela filosofia medieval cristã, pela filosofia moderna iluminista e chegando à contemporaneidade, formam o que chamamos de cânone tradicional da filosofia ocidental. Esta é a história que consideramos como nosso solo comum; ela também é a história que nos serve de base para nossos diálogos como pesquisadores e como professores.

Por trás da coleção de nomes de autores e de obras clássicas que compõem o cânone, bem como o esforço em ampliá-lo, está uma compreensão do que é a história da filosofia. Justin E. Smith (2013), na coletânea *Philosophy and its History Aims and Methods in the Study of Early Modern Philosophy*, põe em oposição duas concepções sobre a natureza da história da filosofia: ou ela é entendida como “repositório” ou como “processo”. Smith argumenta contra a noção de história da filosofia como repositório e a favor da ideia de processo. Mas analisemos ambos os casos: a história da filosofia como repositório é compreendida como um conjunto “atemporal de ideias e argumentos ao invés de uma história propriamente dita” (Smith 2014, 31).

Assim, a história da filosofia seria o estudo de um bloco de textos que preservam ideias “congeladas no tempo através de inscrições linguísticas” (*idem*). O trabalho do historiador da filosofia seria o de acessar ideias e argumentos conservados nos textos e tomá-los como unidades independentes do contexto. Isto porque, nesta visão, o material próprio da filosofia são os traços deixados por pensadores que projetaram sua atividade mental no modo mais puro de sua expressão - o texto. Os textos são como traços das intenções do autor que podem ser reconstruídos através de interpretação e o intérprete seria aquele capaz de ler e compreender a “mensagem na garrafa”, jogada no tempo em direção à eternidade.

Outro modo de compreender a história da filosofia é entender o texto como “processo”, ou seja, como fruto da dinâmica dos sistemas culturais onde eles foram construídos. Neste caso, as obras não seriam mensagens em garrafas, mas pedaços de artefatos encontrados em um sítio arqueológico que precisam ser reorganizados, recombinaados e interpretados em contexto, para que sua função seja compreendida. A história da filosofia entendida como processo implica, segundo Smith (2013), a necessidade de uma abordagem holística do texto para além das marcas linguísticas, num esforço de se adentrar na história de modo que a filosofia se mostre como parte das preocupações científicas mais gerais de um tempo. Esta compreensão da história da filosofia como processo permite a reorganização do cânone segundo a análise das dinâmicas dos círculos intelectuais de uma época, seja ela passada ou presente. Em ambos os casos, o trabalho do historiador da filosofia é semelhante: ele reconstrói os argumentos dos filósofos de modo que a força do argumento possa ser analisada em sua máxima potência. Esta reconstrução, sempre fazendo uso dos métodos próprios da teoria da argumentação e da lógica, pode ser tornada mais complexa com informações (como o contexto intelectual, histórico, político e linguístico) que vão além do argumento propriamente dito, mas que contribuem para a compreensão do contexto de enunciação das teses³.

3 Um exemplo de como a compreensão da história da filosofia como processo pode gerar a transformação do cânone é a análise contextualizada da filosofia política de Espinosa. Na abordagem tradicional, do estudo da história da filosofia como repositório, as teses de Espinosa são colocadas em contraste com as de Hobbes e Maquiavel. Mas no contexto de análise que surge quando se pensa na história da filosofia como processo, figuras mais próximas surgem e tomam centralidade. Wim Klever (2017) mostra que por trás da teoria política de Espinosa estão as obras do seu professor de latim, Franciscus Van den Enden. Cotejando comparativamente a obra *Free Political Propositions* de Van den Enden e os *Tratados Político e Teológico-Político*, Klever mostra que para se compreender política em Espinosa é preciso estudar Van den Enden e o contexto político da Holanda no século XVII.

A compreensão da história da filosofia como processo permite também o reestabelecimento de relações entre prática filosófica passada e presente. A ideia de “processo” em oposição à de “repositório” deixa lugar para que a investigação sobre as obras passadas cumpra a função não só de retratar a história de um problema filosófico, mas também de relacioná-lo e compreendê-lo contemporaneamente⁴. Assim, a análise da filosofia como processo permite que a abordemos a partir de sua atualidade e contemporaneidade. Além disso, nesta abordagem, a divisão tradicional de tratamento da filosofia por sua história ou por seus problemas torna-se secundária. A ideia de história da filosofia como processo implica a rejeição da oposição excludente entre problemas e história, já que o estudo da história é visto como a análise dos problemas em contexto, mesmo que a importância destes problemas não se reduza a um determinado tempo histórico.

Enquanto que a história da filosofia como repositório é tida como o estudo de um bloco de conteúdos que precisa ser recortado, a história da filosofia como processo parte da análise de um problema que informa e é informado por outros, incluindo suas versões contemporâneas⁵. A história da filoso-

4 No caso da política de Espinosa, um tema importante que está em jogo é a relação entre igreja e estado, entre política e religião. Este problema de um estado dominado pela igreja ou que regra a vida religiosa dos cidadãos é próprio das discussões sobre a natureza da democracia.

5 Como Bernard Williams, citado por Williams e Hagengruber na introdução à edição especial da revista *The Monist* sobre mulheres na história da filosofia, deixa claro em seu texto de 1978, é preciso diferenciar “o método da história das idéias, que localiza um trabalho no seu contexto histórico, da história da filosofia, que extrai idéias pertinentes ao debates presentes dos textos históricos e toma o passado como objeto”. Na nossa discussão até agora, procuramos mostrar que há diferentes formas de tratar o passado “como objeto” e compreendemos que a ideia de “passado como processo” nos permite uma visão mais complexa da história e mesmo da filosofia. Além disso, vale ressaltar que o processo pelo qual a história da filosofia se dá não segue a linearidade idealizada do tempo cronológico e que, por isso, a noção de progresso não é adequada. Lembrando o texto de Franklin Leopoldo e Silva de 1986, “A filosofia não pode, portanto, ser abordada numa perspectiva do progresso do saber. Isto Isto significa, de uma lado, que a atualidade não detém nenhum privilégio, porque o que seria o estado atual da filosofia não é fruto de sucessivas correções de método e de perspectiva, que teriam redundado numa melhor abordagem do objeto, ou numa postura mais adequada frente à realidade. Significa, de outro lado, que os sistemas filosóficos são insuperáveis, se tomados cada um em si e na sua lógica interna. Isto traz duas conseqüências que se refletem diretamente no ensino de filosofia. A primeira é que nenhum sistema ou autor pode ser abordado como sendo diretamente tributário de algo que o antecedeu, pois as filosofias se caracterizam pelo recomeço e pela reposição das questões. Em segundo lugar, toda filosofia depende, em certo sentido, das que a precederam, uma vez que as reposições dos problemas e as transfigurações dos conceitos se fazem em relação a um determinado contexto de tradição, e nenhuma filosofia é inseparável de uma polêmica implícita que o filósofo mantém com os antecedentes, com os contemporâneos e até consigo próprio. Isto faz com que aquilo a que poderíamos chamar camada expressiva da filosofia, ou seja, a maneira como o filósofo expressa suas ideias e molda a originalidade do seu pensamento numa relação de confronto, de adequação

fia entendida como processo permite a amarração das pontas do tempo, de modo que passado e presente mantenham-se em contato fértil e produtivo. Enquanto processo não terminado, ou seja, enquanto parte de um movimento contínuo, o passado da filosofia não está disposto para ela de modo não-problemático e nem os problemas dos quais a filosofia trata são imunes à história presente. Por ser um processo contínuo, o passado mostra diferentes facetas dependendo de onde o olhamos desde o presente.

Mas, se por um lado, o entendimento da história da filosofia como processo abre caminhos para os estudos sobre as dinâmicas do pensamento de modo que, além da divisão tema-história, o mito romântico do filósofo-gênio ou da obra-prima escrita por “inspiração” se esvaziam, por outro lado, a ideia de processo, por si só, não justifica nenhum critério de justificação do cânone e seu estabelecimento. Para tanto, é preciso investigar o que é o cânone, o que está sendo pressuposto quando se fala de cânone e quais as possibilidades de trabalho que a ideia de cânone nos traz no contexto desta compreensão da história da filosofia como processo (e não como repositório).

Que história iremos contar? - sobre cânone e suas possibilidades de articulação

A interpretação de Justin E. H. Smith sobre a natureza da história da filosofia como processo se insere, como dito anteriormente, em uma tradição de ampliação do cânone a partir da contextualização da construção das obras filosóficas, o que permite dar centralidade a figuras menos estudadas na história da filosofia. Mas são as abordagens de Lisa Shapiro (2016), Ruth Hagengruber (2015) e Mary Ellen Waithe (2015), pesquisadoras que investigam e procuram resgatar o lugar das mulheres filósofas, que oferecem um maior instrumental sobre as possibilidades de articulação das obras e da história da filosofia. Além de olhar a história da filosofia como processo, elas questionam a necessidade do próprio enredo causal que é construído para estruturar a narrativa histórica⁶.

Waithe (2015) considera que a noção de cânone como conjunto determinado de obras pressupõe um critério bem definido sobre os elementos que pertencem a este conjunto, e também pressupõe que há pessoas autorizadas a

ou de acordo com a cultura de sua época, tenha que ser levado em conta como forma de medir as distâncias que existem entre as filosofias e a história da filosofia.”

6 Este conjunto de intérpretes realizam o que eu vou chamar aqui, de um modo mais ou menos informal, de “história analítica da filosofia”, rejeitando a ideia do passado como bloco bem definido e procurando explicitar as regras a partir das quais um cânone é formulado e pode ser reformulado.

tomar decisões sobre o que entra e o que fica de fora. Portanto, ela argumenta que esta ideia de cânone como “conjunto determinado” é inadequada para a filosofia e propõe que a história da filosofia se beneficia de uma noção mais alargada, como a de compêndio, de modo que ela é composta de obras diversas onde algumas principais ou mais importantes são chamadas de cânone. A discussão sobre o cânone da história da filosofia, neste contexto de expansão, é um debate sobre critérios de inclusão e exclusão. Ruth Hagengruber (2015), por exemplo, aponta para o paradoxo inerente à ideia de incluir os excluídos. Hagengruber denuncia que

nosso conhecimento da história da filosofia é sempre parcial. Cada geração conhece apenas parcialmente sua própria tradição porque cada uma vê a história da filosofia como ela é delimitada por categorias contemporâneas, tanto filosóficas quanto culturais. A história da filosofia como um todo é um registro de inclusões e exclusões, de esquecimento e de redescoberta.

Assim, ela argumenta que é preciso que se trate a história das mulheres filósofas em um cânone separado com seus próprios métodos, temas e obras para que haja um campo onde elas não sejam tratadas como “figuras menores” ou marginalizadas de um “cânone principal”. Esta é uma opção, mas não cabe aqui uma crítica a ela. O ponto é que esta opção foge de uma compreensão unificada da prática filosófica e, por mais que este seja um problema genuíno, não será aqui tratado.

Já Lisa Shapiro (2016) argumenta que muitas vezes o projeto de incluir figuras não-canônicas ocorre de um modo que apenas reforça o enredo causal tradicional, mas aponta como uma boa estratégia o fazer perguntas, de modo que elas direcionem os objetos de estudo que serão investigados. Um exemplo é procurar contextualizar a história da filósofa no interior da história da ciência, o que “muda sutilmente as questões filosóficas tomadas como centrais e permite que um maior número de figuras se tornem centrais” (Shapiro 2016, p.365). Estes esforços foram realizados nas últimas décadas por historiadores do começo da modernidade liderados, segundo Shapiro, por Daniel Garber. Garber (1998) procurou situar a metafísica do século XVII, em especial a metafísica do corpo, nas discussões da história da ciência sobre a natureza da matéria e do espaço. Ao fazer isto, o cânone tradicional da filosofia do XVII se mantém o mesmo, mas outras figuras passam a entrar no campo de discussão como Gassendi, Boyle e Newton. Shapiro utiliza este método e propõe a análise da filosofia do século XVII a partir, exclusivamente,

dos problemas relativos à natureza da mente e da educação (para maiores detalhes, ver o artigo de Shapiro de 2016, “Revisiting the Early Modern Canon”). O argumento de Shapiro é de que mudanças sutis nas *perguntas centrais* da filosofia podem nos ajudar a questionar a homogeneidade do cânone e facilitar sua reconstrução⁷.

Considerando o cânone filosófico do modo como ele está hoje, podemos ver três elementos centrais e interconectados que servem como justificativa interna: o cânone apresenta uma narrativa causal do desenvolvimento intelectual histórico da filosofia em torno de um conjunto de questões filosóficas que são centrais e constitutivas da disciplina e que estão presentes em um conjunto importante e determinado de obras filosóficas. Não é preciso apelar para nenhuma idéia de grandiosidade filosófica para se indicar quem são as figuras canônicas - é preciso apenas que se marque pontualmente os esforços feitos para se endereçar as questões filosóficas centrais. (Shapiro 2016, p.367)

O instrumental para articulação da história oferecido pelo argumento de Shapiro está na sua compreensão da função do cânone como roteiro ou enredo de uma narrativa. Este entendimento de que o cânone estabelece um enredo para a construção da narrativa histórica, implica uma inversão da relação entre autor-obra e pergunta de investigação filosófica. Ao invés de se privilegiar certos autores ou obras, parte-se do princípio de que são as perguntas que determinam os autores a serem estudados. Dependendo das perguntas feitas, constrói-se um roteiro a partir dos autores que trabalharam determinadas questões. O privilégio da pergunta, entretanto, não implica um direcionamento da pesquisa filosófica de modo externo ao cânone, pois as perguntas não são (ou não precisam ser) anteriores a ele, mas concomitantes. Não podemos cair no erro de achar que a pergunta torna o cânone irrelevante. O que o privilégio da pergunta implica é um direcionamento da seleção do cânone. Ela funciona como princípio norteador da pesquisa de obras relevantes para um certo tema.

7 Por exemplo, diz Shapiro, “quando focamos nas questões sobre a natureza da substância extensa, é possível introduzir naturalmente os trabalhos de mulheres que lidam diretamente com estes temas. (...) Cavendish [por exemplo] revive a física estoica na sua doutrina do composto completo, onde compreende que os corpos são uma mistura de matéria inanimada, animada e racional, em que as diferentes proporções delas servem para diferenciar os tipos de coisas e (...) explicar a interação entre elas através de um tipo de padrão ou espelhamento” (Shapiro 2016, p.371). O mesmo podemos dizer de Anne Conway que oferece o argumento da transmutação como explicação para a movimento da matéria e o processo de individuação.

A lição que Shapiro tira de sua própria análise do cânone é de que há uma diferença grande entre a pesquisa e o ensino no que diz respeito às figuras não-canônicas ou às outras narrativas que podemos contar sobre a história da filosofia. A visão que ela tem do ensino é o seguinte:

Poucos ensinam estas figuras não-canônicas nas suas aulas de graduação. Se estas figuras são incorporadas, tanto no âmbito da pesquisa quanto no da pedagogia, é porque cabem facilmente na narrativa que leva à cano-nização destas figuras centrais. Logo, do jeito que se encontra, o cânone moderno efetivamente limita, se não as figuras que tomamos como importantes, então os enredos (storylines) que consideramos como definidores da história da filosofia. (Shapiro 2016, p.366)

A visão de Shapiro sobre cânone e ensino de filosofia é certamente realista. Se a pesquisa em história da filosofia sofre de parcialidades e reduções por causa de abordagens monolíticas a respeito da natureza da história, a história da filosofia no contexto do ensino é ainda mais domesticada. A necessidade de se contar uma história coerente, homogênea, reconhecida, como se a história da filosofia envolvesse um conjunto de conteúdos bem estabelecidos, faz com que o ensino de filosofia esteja em uma posição de desvantagem em relação à pesquisa.

Entretanto, é preciso desafiar o argumento de Shapiro. Certamente, a compreensão do cânone da história da filosofia como roteiro de uma narrativa causal sobre o desenvolvimento intelectual-histórico da filosofia em torno de questões centrais é uma chave útil para o ensino de filosofia. Se, por um lado, há, no contexto do ensino uma tentativa de controle do conteúdo para que algo de substantivo e de comum possa ser ensinado, por outro lado, o ensino também é o lugar da análise crítica e da reconstrução, não só de argumentos, mas da vivacidade da filosofia. Enquanto a própria ideia de cânone dá lugar a esta domesticação ou normalização dos conflitos filosóficos, a noção de conjunto de obras principais, como enredo de uma narrativa que responde a uma pergunta direcionada, auxilia na demonstração da pluralidade de visões e na complexidade da história da filosofia. Dada esta diferença, a sala de aula se mostra um espaço privilegiado para a exploração destas outras formas da história.

A pergunta que faremos na construção de um roteiro de aula ou de um programa não necessariamente exclui ou ignora as figuras tradicionalmente canônicas, mas pode leva o aluno a compreender a complexidade da história da filosofia e a parcialidade que surge como efeito da narrativa da história. A diferença entre adotar um cânone normalizado ou um cânone em expansão

se dá pela pergunta direcionadora da narrativa que se quer construir. É a diferença entre se perguntar sobre as “correntes filosóficas” das disputas metafísicas no século XVII (monistas e pluralistas, por exemplo, ou, no contexto da teoria do conhecimento, empiristas e racionalistas) e se perguntar sobre a multiplicidade de teses sobre a natureza da matéria (a partir de onde se vê uma vasta ampliação de obras relevantes e a fragilidade da categorização em “correntes filosóficas”). É também a diferença entre se perguntar sobre “as grandes figuras” do século XVII e sobre as mulheres filósofas no século XVII. Assim, revisitando o enredo, poderemos compreender melhor os processos de históricos na filosofia e articular com maior precisão as noções de processo e de análise em nossas práticas pedagógicas. Esta compreensão crítica a respeito do cânone nos permite a utilização favorável do caráter aberto da história da filosofia. Assim como Shapiro, considero que a minha meta aqui “não é advogar diretamente pela introdução ou remoção de nenhuma figura no cânone”. Mas, “ao invés disso, eu pretendo mostrar como o nosso cânone pode ser diferente” (Shapiro 2016, p.367). Diferente de Shapiro, pretendo chamar atenção para o lugar privilegiado que têm os professores para explorar costuras e criar enredos que dialoguem com as questões, sejam elas de interesse local ou mais amplas (como, por exemplo, as questões interdisciplinares).

Deste modo, o ensino de história da filosofia se coloca como necessário à compreensão mesma da pluralidade das expressões filosóficas e da diversidade de características que se apresentam no exercício desse aprendizado. Para que esta faceta complexa do exercício filosófico se apresente, é fundamental que os professores de história da filosofia experimentem modificar as perguntas que guiam seus recortes de obras ou seleção de cânone para a construção de programas de curso e roteiros de aula. A sala de aula é o lugar mais fértil para explorar as perguntas, dado que o espaço oferecido é intrinsecamente ligado à contemporaneidade, ao tempo presente, e, portanto, afeito à exploração de didática e de conteúdo. O que ocorre quando não recolocamos as perguntas, revisitando esse ato fundante da própria prática filosófica, é um retorno ao tratamento da história da filosofia como repositório. Neste caso, não mais de autores e obras, mas agora, de perguntas. Para sairmos do registro da história da filosofia como museu e irmos em direção a uma história da filosofia como processo contínuo, como coisa viva, é necessário que nós, pesquisadores, mas principalmente nós, professores, exercitemos o recolocar contínuo de nossas questões.

Referências

- FERREIRA, M. L. R. (org.) *O que os filósofos pensam sobre as mulheres?* Ed. Unisinos
- GARBER, D.; AYERS, M. (ed.) *The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- GREEN, K.; HAGENGRUBER, R. Introduction, *The Monist*, vol. 98, Issue 1 (The History of Women's Ideas), p. 1-6, Jan. 2015.
- GUEROULT, M. The History of Philosophy as a Philosophical Problem, *The Monist*, vol. 53, Issue 4 (Philosophy of the History of Philosophy), p. 563-587, Oct. 1969.
- HAGENGRUBER, R. Cutting Through the Veil of Ignorance: Rewriting the History of Philosophy, *The Monist*, vol. 98, Issue 1 (The History of Women's Ideas), p. 34-42, Jan. 2015
- LAERKE, M.; SMITH, J. E. H.; SCHLIESSER, E. (eds.) *Philosophy and Its History Aims and Methods in the Study of Early Modern Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2013.
- LEOPOLDO E SILVA, F. História da Filosofia: Centro ou Referencial? In: NETO, H. N. (org.) *O ensino de filosofia no 2º grau*. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1986, p 153-162.
- POPKIN, R. *The History of Skepticism from Savonarola do Bayle*. New York: Oxford University Press 1979.
- SHAPIRO, L. Revisiting the Early Modern Philosophy Canon, *Journal of the American Philosophical Association*, vol. 2, Issue 3, p. 365-383, Oct. 2016.
- SMITH, J. E. H. The History of Philosophy as Past and Process. In: LAERKE, M.; Smith, J. E. H.; SCHLIESSER, E. (eds.) *Philosophy and Its History Aims and Methods in the Study of Early Modern Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2013.
- TYSON, S. From the Exclusion of Women to the Transformation of Philosophy: Reclamation and its possibilities, *Metaphilosophy*, LLC and John Wiley & Sons Ltd. vol. 45, No.1, pp.1-19, Jan. 2014.
- WAITHE, M. E. (ed.). *A History of Women Philosophers*. Vol 1-4. Dordrecht: Springer, 1994.
- WAITHE, M. E. From Canon Fodder to Canon-Formation: How Do We Get There From Here?, *The Monist*, vol. 98, Issue 1 (The History of Women's Ideas), p. 21-33, Jan. 2015.